



ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS,
JUNHO DE 2015 - ANO XXXIV, NÚMERO 3

SILENCIAI OS TERREIROS

Burocracia e preconceito
ameaçam liberdade religiosa
do Povo de Santo

Páginas 8 e 9

Futebol feminino

Kindermann,
de Caçador, é
referência para
formar craques
da bola

Páginas 4 e 5

Eleições para o DCE

Maior mobilização
dos estudantes
acirra a disputa
pelo do DCE na
UFSC

Página 13

Pesca da tainha

Número de
embarcações
artesaniais e
industriais foi
reduzida em 2015

Páginas 14 e 15

Jornalismo é a arte de contar histórias

É com muito orgulho - e trabalho - que entregamos ao leitor mais uma edição do *Zero* fundamentada no mais puro princípio do jornalismo: contar histórias. Contamos histórias ao dar visibilidade a personagens marcantes e de personalidade forte - mesmo que, em um dos casos, postumamente. Contamos histórias ao dar voz aos que não são ouvidos e luz aos que não são mostrados. Quantos times de futebol feminino você conhece? Com quanto da cultura das religiões de matriz africana você já teve contato? Ao optar por uma edição não-temática, valorizamos a pluralidade de assuntos e abrangência de problemáticas, tendo apenas um fator em comum

entre todas elas: contar uma boa história. Seja com casos da cidade - como a situação dos pescadores e o novo projeto de bikes em Floripa - ou do nosso universo da UFSC - como a situação do Centro de Desportos ou os movimentos estudantis - esperamos que, ao terminar de ler esta edição, o leitor perceba melhor a realidade ao seu redor. Se, como disse Gabriel García Marquez, "o jornalismo é uma paixão insaciável que só se pode digerir e humanizar mediante a confrontação descarnada com a realidade", acreditamos estar compartilhando com nossos leitores um pouco dessa nossa paixão.

Boa leitura!



OMBUDSKIVINNA

Laura Capriglione

Parabéns à equipe do *Zero* pela edição do mês de maio. O jornal cresceu enormemente. Está mais vivo, mais surpreendente, mais interessante. A edição de fotos melhorou muito o aspecto geral da publicação. A capa está bem resolvida, com chamadas atraentes. Os textos estão bem costurados, são fáceis de ler, diretos. E têm um grau de aprofundamento muito razoável. Em suma, gostei do produto.

Para mim, o destaque da edição é a reportagem sobre o assédio moral na Enfermagem/UFSC.

A meu ver, trata-se de uma apuração exemplar - todos os lados contemplados com suas versões sobre os fatos, pesquisa nas redes sociais e na documentação oficial sobre o caso. A redação competente produziu uma peça jornalística veraz e potente para induzir mudanças na realidade do curso, mesmo tendo sido usado o expediente de ocultar o nome dos estudantes denunciadores, o que poderia ter afetado a credibilidade da apuração. (Ressalto que considero correta a opção editorial pelo ocultamento dos nomes dos alunos.)

Também ótima é a reportagem sobre a deep web. Considero, entretanto, que a linha fina deveria ter sido menos genérica. Em vez do "descobrimos que essa transação não é tão simples quanto parece", teria sido mais informativo algo na linha: "revelamos as táticas policiais para reprimir a transação."

As páginas centrais sobre os crimes na UFSC estão interessantes e bem diagramadas. Gostei muito da intervenção sobre a foto principal, destacando o texto do Boletim de Ocorrência. Acho, entretanto, que a pegada geral da reportagem está muito para o lado "policial".

A sub-retranca, inclusive, contém uma defesa escancarada do armamento dos seguranças - que é apenas uma das posições

existente para o enfrentamento do problema da violência. Sabe-se, no entanto, que existem outras tantas estratégias. Uma forma de adensamento pode ser obtida pela inclusão no campus de áreas de lazer, com quadras abertas à prática esportiva, ou pelo incremento da moradia estudantil. O que estou dizendo é que existem outras abordagens, que podem ser combinadas ou alternativas à ideia do armamento dos seguranças - e que foram esquecidas na apuração.

A reportagem sobre os refugiados sírios está excelente. Tem cor local, tem timing, tem box de contextualização. A foto principal é ótima. Eu a ampliaria de modo a arejar a diagramação e reduziria alguns centímetros do texto (que em sua parte final fica repetitivo), além de cortar a ilustração desnecessária que está "sentada" sobre o box.

Achei muito bons os textos sobre o apoio e reparação às vítimas de crimes, sobre a vida após a morte no Facebook (com uma charge excelente que, no entanto, não deveria ter legenda), e sobre a chamada Revenge Porn. São temas atualíssimos, tratados com rigor e enriquecidos por ótimas fontes.

A matéria sobre as festas universitárias deveria ter sido mais crítica ao core business das empresas envolvidas, que não é mais do que vender quantidades oceânicas de álcool e energéticos para estudantes. A CPI do Estupro na Faculdade de Medicina da USP, por exemplo, mostrou que acontece de tudo no fim dessas festas. Recentemente, morreu um menino na raia olímpica da USP... Duvido que em Santa Catarina o quadro seja muito diferente do existente em São Paulo (mas posso estar errada).

Corretas as reportagens sobre a especulação imobiliária na ilha (São José e Ratonas), sobre o fim das rendeiras de bilro e sobre a greve dos professores.

MAIS UMA ESTRELA

No dia 6 de junho o *Zero* conquistou o prêmio de melhor jornal-laboratório impresso, durante a 15ª edição do Congresso de Ciências da Comunicação na Região sul (IntercomSul), em Joinville. Seis publicações do ano passado foram inscritas no Expocom, espaço para a exposição de trabalhos experimentais elaborados por acadêmicos de comunicação. Com a vitória na etapa regional, o *Zero* se classifica para o congresso nacional, que acontece em setembro, no Rio de Janeiro. Mais uma vez temos orgulho de representar o Jornalismo da UFSC e sermos reconhecidos pela qualidade do trabalho de nossa equipe.



NOTA DA REDAÇÃO

O *Zero* recebeu nesta segunda-feira, 8, memorando assinado pela coordenação do curso de graduação em Enfermagem, Departamento de Enfermagem e Pós Graduação em Enfermagem solicitando providências e publicação de manifesto diante de reportagem publicada na edição de maio do jornal-laboratório, intitulada "Alunos de enfermagem pedem mais igualdade nas relações acadêmicas". Na data, o jornal já estava em fase de finalização para impressão. Por conta disso, a análise do memorando será feita, futuramente, de maneira oportuna e discutida/refletida junto à turma.

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários

E-mail - zeroufsc@gmail.com

Telefone - (48) 3721-4833

Facebook - /jornalzero

Twitter - @zeroufsc

Cartas - Departamento de Jornalismo - Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Trindade, Florianópolis (SC) - CEP: 88040-900

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXXIV - Nº 3 - Junho de 2015 **EQUIPE** Anaíra Sarmento, Anderson Spessatto, André Picolotto, Aramis Merki II, Beatriz Santini, Bruna Carolina, Cintya Ramlov, Djalma Júnior, Elva Gladis, Gabriela De Toni, Giuliane Gava, Guilherme Pereira, Iuri Barcellos, João Ziert, Larissa Gaspar, Leonardo Franzoni, Leonardo Lorenzoni, Lucas Amarildo, Luiza Kons, Luiz Fernando Menezes, Manuela Tecchio, Maicon Rios, Marina Gonçalves, Matheus Moraes, Michele de Mello, Natália Duane, Nicolas Quadro, Rômulo Garcia, Samantha Sant'Ana, Tiago Ghizoni, Vitória Greve **EDIÇÃO** Iuri Barcellos, Leonardo Lorenzoni, Marina Gonçalves, Nicolas Quadro **CAPA** Vítor Shimomura **CONTRACAPA** Pedro Stropasolas **PROFESSOR-RESPONSÁVEL** Marcelo Barcelos MTb/SP 25041 **MONITORIA** Luísa Tavares, Mateus Vargas **IMPRESSÃO** Gráfica Grafnorite **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 10 de junho



Melhor Jornal-Laboratório
EXPOCOM SUL 2015



Melhor Jornal-Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000



3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994



Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-
RS 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

A batalha das mulheres dentro do rap brasileiro

Bárbara Sweet duela contra cultura machista na música

Não vão privatizar o meu desejo, não vão. Não vão decidir o que eu almejo, não vão. Não vão maquiar o que eu vejo, não vão. Não vão. Nunca passarão." Nos 30 minutos de show, a MC Bárbara Sweet, de 29 anos, dominou o palco da III Semana de Arte Popular rimando sobre liberdade sexual, feminismo e união das mulheres. Além de músicas como "Tem que ter", que abre essa matéria, ela conversou muito com o público, fez cover de divas do pop como Beyoncé e recitou um poema autoral sobre amigas femininas. No cenário do rap brasileiro, a mineira é tão forte quanto sua voz: duela com homens sem baixar a cabeça para os xingamentos e busca aumentar a representatividade das mulheres no rap, meio predominantemente masculino, através da Liga Feminina de MC's que fundou com outras rappers. Depois da apresentação, sentou nas mesinhas do campus de Florianópolis da Universidade do estado de Santa Catarina (UDESC) para conversar com o Zero sobre a carreira, o seu papel na música e como o feminismo surgiu e mudou a sua vida:

Zero: Por que seu apelido é Sweet?

Bárbara Sweet: Bom, quando comecei a ir pra rua eu era bem nova, tinha uns 12 ou 13 anos e comia muita bala de uma loja que chamava *Sweet Sweet Way* que tinha lá em Belo Horizonte. Eu chegava na escola cheia desses pacotes de bala e aí quando estava escolhendo um nome pra pichar eu acabei ficando como Sweet.

Z: Quando começou na música?

B: Eu comecei a pesquisar sobre cultura hip hop quando tinha uns 13 anos, mas comecei realmente a rimar com uns 16. Meu contato com a música começou bem cedo porque eu fazia parte do coral na igreja, de família católica. Fiz coral dos dez aos 12, mais ou menos, e eu fazia a voz e o violão. Depois que o rap chegou me dediquei a isso.

Z: Desde o começo da carreira você já participava de batalhas?

B: Não, o duelo veio bem depois. Eu comecei escrevendo, gravei uns sons, participei de alguns coletivos na cidade. Depois tive um grupo com outra MC lá de BH, chamado Controversas. Aí participei de outro projeto chamado Ripanca, que é um coletivo de MC's e

"O feminismo deu força para enfrentar esse processo e me empoderar"

depois saí e fui solo. Os duelos começaram em 2012/2013.

Z: E qual estilo você prefere?

B: Ah, cara, eu gosto das duas coisas. Hoje em dia eu prefiro fazer mais show, porque o *freestyle* é legal, eu adoro participar de batalha, sou apaixonada mesmo, mas eu tenho uma necessidade hoje em dia como artista de fazer um som que fique, de mostrar minha identidade musical. O *freestyle* é uma coisa que você faz ali no momento, mas a música é algo que perpetua e que mostra mesmo sua cara como artista, sua opinião pessoal sobre diversos temas.

Z: Qual foi a tua primeira barreira na música como mulher?

B: Ser mulher. Minha primeira barreira na música foi ser mulher, principalmente dentro do rap. O rap tem uma cultura muito misógina. Quando eu comecei a ir no rap, nós não íamos de roupa feminina, a gente só ia de roupa larga. As mulheres eram praticamente uma versão menor dos caras. E nisso a gente já vê muito como era um espaço extremamente masculino. Não era muito bem visto você ser uma mulher no rap. Eu conversei com um cara que é um grande nome no rap, lembro que eu era novinha, tinha uns 18 anos, super empolgada e ele falou pra mim: "não adianta esse negócio de ser mulher no rap. No rap ou você é mulher de alguém ou você é bandida. Se eu fosse você ou arrumava um cara pra casar aí do rap ou já se conforma que vai ser conhecida assim". Essa era a mentalidade que a gente enfrentava muito forte e ainda enfrenta um pouco, mas de uma forma mais branda.

Z: E você não só é mulher, como também fala sobre isso nas suas músicas. Isso também é uma barreira?

B: O ponto de vista da mulher é sempre tido como coisa de mulherzinha. Quando o cara tá falando alguma coisa que ele passou, as pessoas dizem "ah isso é uma experiência legal", quando a mulher tá falando "parece

um diário". O ponto de vista da mulher é sempre subjugado e o rap teve uma alavancada boa nisso com MC's como Flora Matos, Karol Konká, Carol de Souza, minas do rap mesmo que subiram. Até a própria Beyoncé lá fora, que não é propriamente do rap, mas que não deixa de abordar essa questão do feminismo. Então eu acho que não teria como não falar disso no rap, porque é o que eu sou. No rap você passa muito do seu ponto de vista perante alguma coisa.

Z: Quando o feminismo se juntou com a sua música?

B: O feminismo é realmente algo que eu sempre li, procurei saber, mas nunca tinha realmente abraçado o movimento da militância. Então foi mais ou menos no final de 2012 que eu comecei a ter mais contato com literatura feminista, textos, a própria internet que ainda é a maior fonte de divulgação do material feminista. A partir do momento que eu comecei a entrar nisso, eu fui trazendo o feminismo pra dentro da minha vida, como forma de me empoderar. Muito mais do que falar sobre isso, era algo que eu dizia pra mim mesma, principalmente, por frequentar espaços tão masculinos como a batalha. O feminismo foi entrando levemente junto com às bata-

"Minha primeira barreira na música foi ser mulher, ainda mais no rap"

lhas. Quando eu voltei pras batalhas eu senti essa necessidade de me entender como mulher, de achar que eu merecia aquele espaço também, então o feminismo me deu força pra enfrentar esse processo e me empoderar pra poder viver ele de fato.

Z: Duelar com homem e com mulher é muito diferente?

B: Muito diferente! As mulheres tendem a ser mais criativas na hora de batalhar com você. Porque uma mulher não vai te zoar porque você é mulher. A maioria dos caras sempre vêm nessa questão clichê de ser mulher: "eu não quero te pegar, você é feia demais, é um canhão". E alguns caras que já me conhecem como feminista vêm exatamente nesse tipo de ataque: "ah, é



Rapper canta sobre feminismo, liberdade sexual e união das mulheres

feminista, é mal comida, blá-blá-blá". Em contrapartida, já batalhei com MC's que em hora nenhuma falaram do fato de eu ser mulher. Uma coisa que eu costumo falar muito é: eu nasci mulher, eu sou especialista em ser mulher. Então se o cara vem me atacar como mulher eu tenho um arsenal de defesa muito grande.

Z: Você já levou alguma cantada nos shows ou batalhas?

B: Muito pelo contrário. Toda vez que eu rimo os caras não chegam perto. Se eu sair daqui agora você vai ver que os caras vão me cumprimentar como se eu fosse homem. Se eu rimar, eu sou tratada com extremo respeito. Até um certo nível de intimidação.

Z: Você acha que pelo o que fala no palco os caras não tem coragem?

B: Com certeza. Eu tava falando isso com uma amiga. Eu estava numa festa com várias pessoas lindas e maravilhosas e eu falei "que pena que eu vou rimar, porque daí eu não tenho chance" [risos]. Os caras não chegam nem perto.

Z: Você tem uma filha, né? Você conversa sobre seu trabalho com ela?

B: Demais, falo demais! Ela tem sete anos e vai comigo. Sempre foi pras batalhas e pros shows. Eu crio ela sozinha - o pai dela mora em São Paulo e eu em Belo Horizonte. Então, assim, o que eu tenho que fazer e que dá pra ela ir, ela vai comigo e curte muito. Eu converso muito com ela sobre as questões de mulher também e ela pergunta muito. É uma criança muito curiosa. A gente têm um diálogo muito bom tanto em relação a música, ao rap, ao meu trabalho, quanto à questão feminina.

Z: Você apresentou um poema falando sobre a amizade entre mu-

lheres. Como quebrar essa ideia de competitividade?

B: A nossa socialização é essa, né? Que mulher não é amiga de ninguém, mulher só quer ver a outra pelas costas. Mas desde que eu abracei o feminismo, eu vi o quanto o mundo se transforma quando a gente se une. Consegui construir coisas maravilhosas ao lado de mulheres incríveis, com quem eu aprendi demais e que se eu tivesse essa mentalidade ainda, a gente não teria conseguido. Pra mim essa técnica de que mulheres são competidoras é uma forma de minar essa força tão grande que a gente tem quando se une. Mas é uma desconstrução. É pegar isso que foi construído anos e anos na sua vida, jogar por terra e pensar diferente. A partir do momento que eu fiz isso de forma individual, as coisas se transformaram muito no grande espectro. A gente construiu uma Mostra Feminista em Belo Horizonte. A gente construiu a Liga Feminina de MC's. A gente fez tudo de forma horizontal, com várias mulheres construindo diversas partes do movimento, com diversos tipos de arte, todo mundo com a ideia de se unir pra empoderar cada vez mais mulheres. Isso é maravilhoso, transformador. Eu comecei a acreditar realmente na sororidade quando passei por uma situação de abuso e vi que todos os homens tomaram o partido do cara - inclusive os que eu chamava de amigo. Aí eu vi que no final das contas mesmo, quando o bicho apertar, quem vai ficar do seu lado são só as mulheres, porque todas já viveram isso, seja em maior ou menor grau, e foram tratadas como mentirosas, como caluniadoras, como exageradas, nervosinhas, chatas do rolê. Mas não é verdade! No final das contas, quando a gente precisa mesmo, é só a amiga que vai olhar pra sua cara e dizer "pode chorar, amiga. Eu te entendo".

Marina Juliana Gonçalves
marinajulianag@gmail.com

Kindermann é exceção para o futebol feminino

Equipe de Caçador tem sete títulos estaduais e se destaca no cenário de preconceitos e falta de patrocínio da modalidade

Quando você ouve alguém falando sobre futebol já começa a pensar em Neymar, Cristiano Ronaldo e o 7 a 1 da Seleção Brasileira, certo? Mas e se te falassem nomes como Marta, Formiga e Cristiane? A Seleção Feminina de Futebol deveria ser motivo de orgulho ao torcedor tanto quanto a masculina, afinal, temos uma jogadora que já foi eleita cinco vezes a melhor do planeta e outra que é a atleta com mais participações em Copas do Mundo e Olimpíadas - com cinco em cada, a Formiga - representando nosso País. A equipe já bateu na trave nas duas competições, com a prata na Copa de 2007 e nas Olimpíadas de 2004 e 2008, mas segue confiante que o ouro vai vir na Copa do Canadá, que começou no dia seis de junho. Formiga foi a autora do primeiro gol brasileiro na competição, durante a partida que terminou em 2 a 0 contra a Coreia do Sul. A jogadora é agora a mais velha a marcar em Copas, aos 38 anos.

O futebol feminino, apesar de ser tratado como um esporte amador no Brasil - o que significa que as jogadoras não têm vínculo contratual com seus clubes e podem trocar de equipe a qualquer momento - tem um calendário com Campeonato Brasileiro, Copa do Brasil e estaduais. Santa Catarina tem uma potência nacional no esporte: a Sociedade Esportiva Kindermann, de Caçador.

Além de serem campeãs sete vezes seguidas no estado sem perder uma única partida, as meninas do Kindermann emplacaram a segunda posição no Campeonato Brasileiro do ano passado e já conquistaram muita coisa em 2015: o brasileiro de jogos escolares, a Copa do Brasil adulta e também são base da seleção no Mundial Universitário que será disputado em julho na Coreia do Sul. Duas de suas jogadoras estão no elenco que vai vestir a amarelinha na Copa do Canadá: Bárbara, goleira que disputará sua terceira Copa, e Andressinha, jovem meio-de-

campo com sete anos de seleção e que vem como promessa de renovação no elenco.

De acordo com o coordenador do esporte na Confederação Brasileira de Futebol, Marco Aurélio Cunha, o destaque da modalidade só existe por muito esforço do dirigentes. "O importante é a vocação, a forma séria que se leva tudo isso. O trabalho do Salézio - fundador e ex-presidente do clube - no Kindermann é primoroso." Com uma das melhores estruturas no país, são feitos treinos em dois períodos seis dias por semana, e as atletas contam com acompanhamento de fisioterapeutas, têm alimentação e transporte bancados pelos patrocinadores e moram em um alojamento que fica a poucos metros do estádio Carlos Alberto Costa Neves, que tem capacidade para 6500 pessoas e estava lotado na final da Copa do Brasil contra o Ferroviária (SP), com vitória de 5 a 2 para o Kindermann. Além da organização fora de campo, a qualidade da equipe também é atrativo. O técnico do clube, Josué Kaercher, 35, comenta sobre a escolha das jogadoras, e que a dedicação delas é fundamental para o sucesso do clube. "Nós escolhemos as jogadoras a dedo, não é qualquer uma que consegue vaga aqui. Recebemos vários pedidos pra jogar conosco. E vou ser bem sincero, com a equipe de hoje, se enfrentar um time de homem aí, eles perdem".

Mas o Kindermann é exceção no Brasil. Estrutura forte não é uma realidade no esporte. Além do time de Caçador, somente três equipes podem se orgulhar do trabalho extra-campo no esporte: São José do Rio Preto (SP), que trabalha há mais de 20 anos com futebol feminino, Ferroviária (SP), atual campeão do Campeonato Brasileiro, São José Esporte Clube, tricampeão da Libertadores e campeão mundial no ano passado, e o Centro Olímpico, time da atacante Cristiane e de várias outras jogadoras da seleção brasileira. Praticamente todas as outras equipes no Brasil ainda sofrem

muito com falta de patrocínio e preconceito em relação ao futebol feminino. De acordo com a meio-campo Formiga, que já tem 20 anos de amarelinha, a falta de apoio pode ser cultural. "O lado masculino, querendo ou não, é a fonte de renda. Então o foco todo é mais no masculino pela questão de bons jogadores, e as outras modalidades acabam ficando um pouco ofuscadas por isso", comenta a jogadora.

As atletas de futebol feminino no Brasil ainda enfrentam um outro problema: o calendário de jogos. São apenas três competições disputadas pelo time de Caçador, por exemplo: Copa do Brasil, Campeonato Catarinense e Brasileiro, sendo que o catarinense do ano passado foi realizado em apenas duas partidas, enquanto o paulista dura de abril a setembro. Como a Copa do Brasil é nos primeiros meses do ano e o Brasileiro começa apenas no segundo semestre, não há torneios no estado entre abril e setembro e é muito difícil segurar as jogadoras no clube. Mais da metade das atletas do Kindermann se "mudam" para o Sudeste para não parar de competir. O presidente do clube, Richard Kindermann, não vê como segurar as jogadoras. "O esporte pode ser tratado como amador, mas aqui nós trabalhamos num ritmo profissional. Então pra que fazer um Campeonato Brasileiro tão curto, com três meses, se o resto do ano não tem calendário? Então elas vão pra São Paulo e nós perdemos muito".

Um diferencial que a equipe de Caçador oferece é poder combinar o futebol com os estudos. As atletas têm uma bolsa integral oferecida pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, a Uniarp, e garantem uma graduação para quando se aposentarem dos campos. "A gente faz isso por que amamos mesmo, você deve ir atrás do seu sonho. Às vezes, é preciso conciliar os estudos com a sua carreira. A nossa carreira não é longa, como financeiramente não é boa, temos que aliar os estudos com o futebol, porque quando você parar vai fazer o quê? É compli-

cada essa situação", afirma a goleira Maíke Weber. Para o ex-presidente do time e fundador do clube, Salézio Kindermann, essa parceria é de extrema importância não só para as jogadoras, mas também para o legado do time. "A gente sabe o quanto é difícil o futebol feminino para elas, então se elas garantirem um outro futuro, uma outra profissão é melhor. Sem falar que antes de formarmos jogadoras, estamos formando cidadãs".

E essa mistura da parceria com a estrutura de referência tem chamado atenção de muitas pessoas e da Confederação Brasileira de Futebol, a CBF. De acordo com Salézio, há muitos relatos sobre como as jogadoras do time catarinense chegam à Seleção. "As nossas meninas chegam prontas, preparadas, enquanto têm outras que só treinam uma vez por semana e olhe lá". No ano passado, algumas dirigentes da CBF visitaram a cidade a fim de conhecer a infraestrutura do Kindermann. E isso fez com que os coordenadores do clube de Caçador fossem convidados para dar uma palestra sobre futebol profissional com a presença vários técnicos, entre eles o da seleção masculina, Dunga.

Mesmo sendo um exemplo na modalidade, o Kindermann sofre para arranjar parceiros, patrocinadores e pessoas que acreditem no futebol feminino. O capital investido para manter toda a estrutura que as jogadoras utilizam é de 50 mil reais mensais, vindos do hotel que Salézio administra. Richard acredita que mesmo com os obstáculos, o esporte está tendo maior reconhecimento após pressões internacionais. Um exemplo é a atuação da Federação Internacional de Futebol, FIFA, para que as confederações nacionais deem mais atenção à prática das mulheres. "O futebol feminino precisa dessa fomentação, isso que a Fifa tá fazendo com a parte do legado, construir os Centros de Treinamento, dar essa alavancada".

E essa mudança de filosofia da entidade internacional pode fazer com que o futebol feminino seja mais

"Os salários e a visibilidade ainda são poucos, mas o futebol feminino está virando uma realidade. Alguns anos atrás muita gente não queria nem ouvir falar"

Formiga, jogadora da Seleção Feminina de Futebol



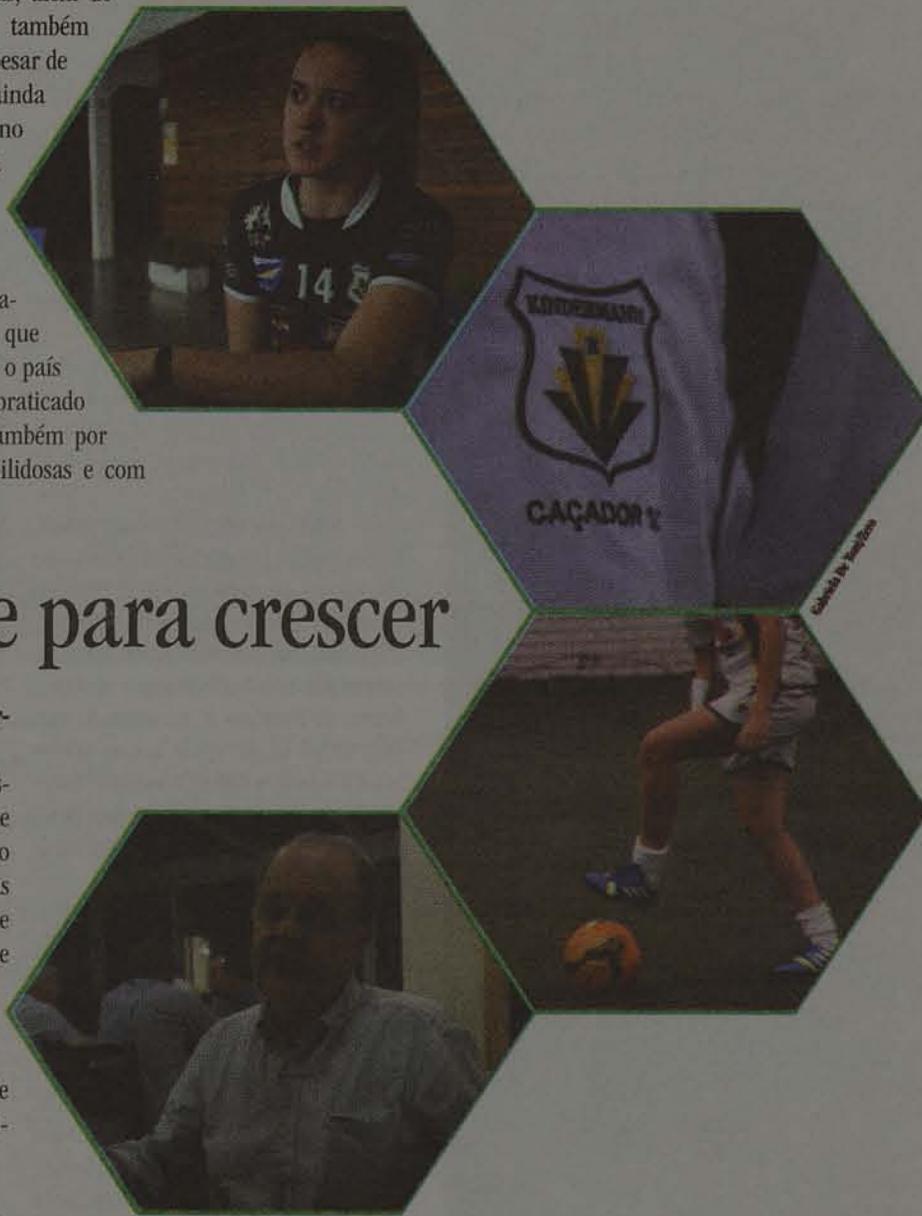
(bem) visto por todos. A Seleção Brasileira participa do mundial desde o dia 6 de junho e o time conta com uma mescla de jogadoras experientes com as promessas. Elas estão reunidas do Rio de Janeiro e fazem parte da seleção permanente - em uma espécie de concentração "vitalícia" - que visa a melhor preparação para o Mundial em junho e o Pan-Americano em setembro. Andressinha acredita que foi uma boa alternativa para incentivar e melhorar o desempenho da equipe. "Comentamos entre nós que a permanente é uma oportunidade única, nunca tivemos tanto tempo para entrosar e preparar o nosso time. Estamos confiantes que faremos um belo mundial".

Sobre o futuro do futebol feminino, é unanimidade entre dirigentes, jogadoras e treinadores que deve ser muito

"O esporte pode ser tratado como amador, mas o trabalho é profissional"

mais promissor. "Acredito que deveria ter mais campeonatos, um calendário melhor, times bem estruturados, onde se houvesse bastante patrocínio pra se deixar essas meninas no país. É claro que os salários e a visibilidade ainda são poucos. Mas o futebol feminino está virando uma realidade, daqui pra frente as coisas só tendem a melhorar. Uns anos atrás muita gente não queria nem ouvir falar", afirmou Formiga. O Kindermann pode ser a exceção, mas faz seu trabalho como

qualquer time tradicional do futebol masculino. Há ainda a possibilidade da FIFA construir um centro de treinamento da modalidade feminina em lugares que não foram sedes da Copa do Mundo de 2014 e Caçador é uma das cidades candidatas, além de Balneário Camboriú, também em Santa Catarina. Apesar de o futebol feminino ainda estar engatinhando no Brasil, ele se mostra competente e eficiente nos lugares onde há engajamento. Hoje falta visibilidade e valorização para que possamos afirmar que o país do futebol não é só praticado pelos homens, mas também por muitas mulheres habilidosas e com diferentes talentos.



Esporte precisa de publicidade para crescer

Após três décadas atuando nos bastidores do futebol masculino como dirigente, Marco Aurélio Cunha aceitou o desafio de ser coordenador do futebol feminino na CBF. Com passagens pelo São Paulo e Figueirense, Cunha renunciou ao mandato de vereador pela capital paulista para se dedicar ao esporte no país. Em entrevista ao Zero, comenta sobre as dificuldades e os próximos desafios para o futebol feminino.

Porque há essa discrepância entre futebol masculino e feminino?

Bem, a gente tem que começar a entender que salário e repercussão é em função daquilo que se apresenta. Você tem um produto como futebol masculino que mexe com a paixão de várias pessoas que tem um grande espaço de cobertura na mídia, isso fomenta atenção, público e, principalmente, patrocínio. E é isso que o futebol feminino tem que fazer: conquistar o seu espaço. Evidentemente, ele precisa de apoio.

Há um interesse maior da população masculina e feminina pelo futebol que está aí há mais de um século. E o futebol feminino é um produto novo, quebrando preconceito. Enquanto isso, temos que mostrar a oportunidade que as mulheres podem ter. Um simples futebol misto nas escolas já é um passo para fomentar esse esporte.

Você acredita que o preconceito é um dos obstáculos pra que o futebol feminino não evolua no Brasil?

Preconceito é uma palavra dura e acho que tudo que envolve a questão da mulher. O futebol feminino é um produto novo. O preconceito é evidente que acontece. As mulheres não jogavam futebol. Mas ainda falta muito estímulo a outras mulheres a praticarem, aos pais deixarem a menina jogar futebol, esse é processo que não se dá do dia para noite. Mas a barreira foi quebrada. O assunto veio a tona e quando a gente for fazendo a publicidade positiva do futebol feminino, ele vai se ampliar. A nossa missão é de pregador, pregar o futebol feminino pelo país todo e mostrar que é possível fazê-lo.

O que o senhor acha sobre a seleção permanente?

Essa seleção permanente é temporária. Ela foi construída em cima de um calendário extremamente importante: Mundial do Canadá, Pan Americano e os jogos Olímpicos. Como o Brasil vai sediar as Olimpíadas, se entendeu que a melhor maneira de qualidade técnica e física para as meninas fosse esse tipo de treinamento. Com isso elas estariam muito mais bem preparadas. Isso vai formar um time bem treinado e competitivo. Essa competição pode ser a grande oportunidade dessas mulheres de serem vistas pelo mundo todo e pelo país com resultados favoráveis dentro de campo.

"O preconceito acontece. Falta estímulo para que outras mulheres pratiquem, que os pais deixem a menina jogar"

Como as federações locais podem fazer para que as meninas não fiquem tanto tempo sem praticar o esporte?

Não se esqueça que tem viagens, hospedagens, arbitragem, campo, tudo isso custa. Nós precisamos fazer com que essa conta feche. E como se faz isso? Estimulando, divulgando, buscando parceiros comerciais e na mídia. Não tem um pai que paga a conta. E temos que dividir isso em vários, desde a federação local até a CBF com o campeonato brasileiro. É toda uma ligação de pontos.

O jogador de futebol feminino ocupa o mesmo lugar no avião, no hotel, na alimentação que o jogador do masculino, a conta é igual. A diferença é o fator gerador de recursos. Enquanto a seleção masculina gera milhões, a seleção feminina gera custos.

O que o futebol brasileiro poderia fazer para que as meninas não fossem jogar no exterior?

Nada, absolutamente nada. A diferença de valores é muito grande. Nós pretendemos fazer com que as

atletas brasileiras tenham uma remuneração razoável para que elas fiquem confortáveis no Brasil. Que tenham a mínima condição para elas e que não saiam daqui por pouca coisa.

De acordo com os dirigentes do clube, o investimento no futebol feminino chega a R\$ 50 mil. O que o senhor acha desse valor ao comparar com o futebol masculino?

Acho que é um investimento alto para Caçador e para o Kindermann e baixo em comparação ao futebol masculino. Hoje um jogador bom de futebol masculino custa R\$ 200 mil. Pra ver como é fácil de fazer futebol feminino em comparação ao masculino, em termos de custos, o que muda é a receita.

O que o senhor acha sobre o apoio de instituições públicas ao futebol?

Acredito que o órgão público não deve pagar salário, por exemplo. Pode e deve sempre buscar ajudar na formação, na infraestrutura, na base. Ele tem que fomentar através do Ministério do Esporte, por meio de leis de incentivos fiscais pois há vários mecanismos legais que o sistema público pode ofertar ao esporte. E a sociedade pode ajudar. Se a cidade de Caçador for lembrada também pelo Kindermann, a sociedade pode ajudar, como um sócio torcedor, por exemplo.

Gabriela de Toni
detonigabriela@gmail.com
Guilherme Pereira
guilherme.g.pereira91@gmail.com

Espaços públicos

Falta de manutenção esvazia parques e praças no Continente

Áreas Verdes de Lazer da região precisam de recuperação urgente

No fim de uma sexta-feira ensolarada, as únicas pessoas no Bosque Pedro de Medeiros eram três funcionários e Amanda Peres da Silva, moradora do bairro Estreito, acompanhada do filho e namorado. É a quarta vez que vem ao bosque, e em cada ocasião encontrou o ambiente calmo para estudar. Cercado de condomínios e residências, o parque conserva 10 mil m² de Mata Atlântica – os últimos dessa vegetação no Continente. Possui trilhas curtas, parque infantil, e mais de 40 espécies de pássaros. Há 22 tipos de orquídeas e 18 de bromélias. Próximo à entrada, há uma casa estilo colonial construída no século XIX que abriga o Museu do Presépio. A monitora do parque, Isabel Oliveira, diz que as visitas mais frequentes são de turmas de escolas da região de Grande Florianópolis. “O pessoal dos arredores não vem muito, acho que é pouco divulgado”.

O diagnóstico do geógrafo e botânico da Secretaria do Continente, Marcelo Nascimento, é outro: falta de manutenção. O bosque é uma das 42 Áreas Verdes de Lazer (AVL) – local público de recreação, conforme o Plano Diretor – da região continental de Florianópolis, sendo o restante parques e praças que apresentam vários tipos de problemas. Há brinquedos quebrados, enferrujados ou sem pintura, calçadas irregulares, falta de limpeza e academias ao ar livre, e iluminação.

No dia 2 de março, a Secretaria do Continente fez um relatório de 33 parques e praças, e concluiu que todas necessitam de recuperação total urgente, além de visitas preventivas, criação de material educativo para divulgação, instalação de academias, realização de projetos de acessibilidade e visitas noturnas para avaliar a iluminação. O relatório também sugere parcerias com a iniciativa privada para a adoção destes espaços em troca de divulgação, como o Parque Naval, próximo à Marinha, projetado, construído e mantido pela empreiteira Koerich. A licitação para as reformas foi aberta em abril, e no dia 11 de maio a empresa Reflexo Empreiteira de Mão-de-obra Ltda. foi selecionada, com o valor de R\$ 1.309.505,94, e prazo de 12 meses para conclusão das obras.

As AVLs cumprem funções estéticas, ambientais e de lazer. Para os professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Ayrton Bueno e Almir Francisco Reis, um bom espaço público só é eficiente se reunir muitas pessoas diferentes diariamente. Isso porque, além de melhorar a paisagem e a qualidade do ar, e servir como es-



Cercada de prédios, praça no Estreito raramente é frequentada por estar em más condições

paço para se exercitar, essas áreas são locais para socialização. “Se a pessoa fica isolada no seu condomínio, escola, no próprio clube, tende a pensar que a cidade é feliz, mas, na realidade, não é”, esclarece Bueno. Segundo o professor, a ideia de que quanto mais cercados, mais seguros estamos, não é verdade: a separação dos grupos sociais tende a acirrar a violência.

Segundo Reis, não há regras, mas algumas características são importantes para garantir a presença da população nos parques, como locais acessíveis em áreas centrais dos bairros que contenham comércio e residências, com equipamentos bem cuidados, iluminação e segurança. A cobertura ve-

o chefe de Departamento da Secretaria do Continente, Flávio Gonçalves. É no parcelamento das áreas livres que é reservado, no mínimo, 10% do solo para Áreas Verdes de Lazer e 5% de Áreas Comunitárias Institucionais – utilizadas para a implantação de postos de saúde, creches e escolas –, conforme disposto no artigo 90 do Plano Diretor. A implementação de novos parques deve ocorrer em áreas da Prefeitura Municipal, resultado dessas divisões.

O Estatuto das Cidades também fornece à Prefeitura ferramentas para adquirir mais áreas urbanas para execução de projetos. Por exemplo, preferência na compra de terrenos à venda, a transferência do direito de construir, quando o proprietário cede parte do seu terreno para o poder público em troca de terreno similar ou permissão para construir acima do limite permitido.

Aracídio de Freitas, na época em que se formava em Geografia pela UFSC, deu uma aula na Escola Estadual Júlio Costa Neves sobre o Parque Municipal Maciço da Costeira – tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ouvia um garoto dizer que conhecia bem o local, já tinha ido com o pai de moto no topo do morro. Cid mostrou para as crianças da escola imagens de satélite do parque e arredores. Demorou um pouco para que entendessem as imagens, mas logo saíram correndo, indicando onde moravam. O garoto chegou próximo do slide e apontou a casa: era quase dentro do parque – mas para o menino, aquilo era mato, o parque mesmo estava no Pantanal. “Para as pessoas se apropriarem de uma área, é necessário o mínimo de estrutura, senão, não entendem aquilo como um parque público.”

**Parte Continental
abriga quase 25%
da população, mas
tem somente 3%
das áreas verdes**

getal ajuda a tornar o ambiente mais atrativo, além de servir como refúgio contra o calor e melhorar a qualidade do ar – o que melhora a prática de exercícios. Em ambientes com trânsito intenso de veículos, a absorção de gás carbônico durante uma atividade física é 200 vezes maior, esclarece o professor de Educação Física da UFSC, Adair da Silva Lopes.

O geógrafo membro da organização não-governamental Coletivo Unidade de Conservação da Ilha, Aracídio de Freitas – mais conhecido como Cid, conta que por causa da urbanização rápida, o continente tem menos áreas verdes que outros distritos de Florianópolis. A região abriga quase 25% da população, mas corresponde a menos de 3% da área total do município. Não há mais terras para parcelar, segundo

Giuliane Gava
giulianegava@gmail.com
Natália Duane
nataliadianedesouza@gmail.com



Região continental representa 3% da área da Capital, mas abriga 25% da população.

Projeto promete colocar mais *bikes* nas ruas

Prefeitura estima que sistema de aluguel esteja funcionando até o fim deste ano

Imagine uma rede de estações de locação de bicicletas públicas, com remanejamento dos veículos conforme o fluxo, cadastro digital e totens eletrônicos para informações. Sonho ou realidade? Essa pergunta ainda não pode ser respondida, mas Florianópolis está perto de conseguir algo semelhante. Ou, pelo menos, essa é a promessa.

O projeto Floribike, com edital lançado pela Prefeitura em maio, busca implantar 85 estações com 850 bicicletas para uso público em toda a cidade. Sim, essa história soa familiar... não é a primeira vez que se fala nesse projeto. Um edital com uma proposta semelhante foi lançado em 2012. No entanto, as empresas pré-aprovadas cancelaram a sua participação e exigiram algumas reformulações na licitação.

O edital mais recente começou o projeto do zero. Qualquer empresa pode se candidatar à concessão que tem duração de 10 anos, podendo ser estendida. Toda administração, manutenção e execução do projeto ficarão por conta da empresa vencedora, que terá 90 dias para colocar todo o serviço em funcionamento após a assinatura do contrato.

A arquiteta do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) e idealizadora do projeto, Vera Lúcia Gonçalves da Silva, acredita que dessa vez o plano vai pra frente. "O outro edital previa a construção de infraestrutura cicloviária e as empresas não aceitaram isso. Agora alguns pontos foram reformulados e nós já tivemos pessoas ligando pra saber, então existem empresas interessadas".

A prefeitura estima que tudo deve estar funcionando até novembro deste

ano, mas isso não é uma meta e nem uma promessa, pois podem ocorrer atrasos no processo do edital, como pedidos de recursos ou reclamações.

Se o projeto sair do papel dessa vez, o aluguel das bicicletas funcionará com cadastro online ou presencial e o pagamento de uma taxa de adesão. O edital define que o valor máximo dessa taxa pode ser de R\$350 para o cadastro com duração de um ano, R\$15 para o semanal e R\$5 para o diário.

Além disso, também será cobrado um valor de aluguel dependendo da duração do uso. Há uma exigência na licitação de que pelo menos os primeiros 40 minutos de uso das bicicletas seja gratuito. Também se estipula que o valor máximo para o uso de 1 hora seja R\$5, e de 2 horas, R\$15.

É importante que a empresa interessada em adquirir concessão cobre o menor valor possível na proposta, pois o preço conta como 30% do processo de escolha. Os outros 70% são as questões de infraestrutura técnica.

A licitação do Floribike exige que as bicicletas sejam novas, com assentos ergonômicos, no mínimo sete marchas, ajuste de altura manual, suporte, buzina, retrovisor e sinalizadores. Já as estações, precisam conter totem eletrônico com acesso ao sistema de atendimento, informações gráficas de identificação da estação, mapa de localização das estações mais próximas com bicicletas e vagas disponíveis.

O ciclista poderá pegar a bicicleta em qualquer ponto e devolvê-la no mesmo ponto, ou qualquer outro. A estação precisa estar com vaga livre para receber a bicicleta. Caso esteja lotado, o sistema digital do totem deve indicar qual a estação mais próxima com vagas disponíveis. É responsabilidade do usuário levar a bicicleta para a outra estação, e comunicar ao sistema para obter um tempo extra de até 15 minutos para finalizar a devolução.

A primeira fase do projeto prevê a implantação de 30 estações, e de 300 bicicletas. Portanto, serão 300 veícu-



As regiões do Centro, Coqueiros e Baía do Itacorubi serão os primeiros lugares a receber estações de aluguel

"Pra se andar de bicicleta na cidade não precisa de ciclovias, precisa é de respeito"

los a mais circulando pela cidade, por pessoas que não necessariamente têm prática. Mas Vera Lucia explica: "Risco existe para qualquer tipo de transporte. Também tem o risco de alguém pegar um carro sem saber dirigir e causar um acidente. A gente imagina que as pessoas pensem no bem estar do outro, mas riscos existem".

Sérgio Fregolão, ciclista e voluntário do Programa Bike Anjo, que oferece treinamento para os usuários de bicicletas, acredita que a cidade está pronta para receber esse fluxo maior. "Florianópolis comporta muito mais que isso, comporta até 10 mil a mais, porque aumentar o número de bicicletas diminui o número de carros. E para andar de bicicleta na cidade não precisa de ciclovias, precisa é de respeito."

Pensando em educação no trânsito, o próprio edital prevê que a empresa selecionada realize um plano de mídia de 45 dias - iniciando 15 dias antes de o serviço entrar em vigor -, que explique à população a utilização do sistema e a conduta dos usuários, buscando garantir a segurança e eficiência do transporte nas áreas abrangidas. Porém, fica a cargo da Prefeitura, em parceria com a Secretaria de Segurança e a Guarda Municipal, realizar campanhas educativas para promover o bom convívio da sociedade com mais bicicletas circulando pela cidade.

As regiões selecionadas para a pri-

meira fase da implantação das estações são Coqueiros, Centro e Baía do Itacorubi. Os locais foram escolhidos devido à densidade populacional, fluxo de pessoas, polos atrativos (como parque e universidades) e, segundo a prefeitura, por já possuírem uma infraestrutura adequada: vias com baixa velocidade (máximo 30 km/h), sinalização, ciclovias e ciclofaixas.

Acostumado a circular pela região da UFSC e da UDESC, Sérgio Fregolão conta que a noção de respeito dos motoristas melhorou muito no último ano, e, assim, os ciclistas estão ocupando mais as ruas e se impondo mais. Para melhorar a infraestrutura, ele cita a necessidade da implantação de mais sinalizações horizontais, no asfalto, que indiquem aos motoristas que ali é uma rota de ciclista, e a criação de "bike boxers", um espaço na frente do semáforo, antes da parada dos carros, para os ciclistas poderem sair na frente em segurança.

Cinco capitais brasileiras já possuem sistemas de compartilhamento de bicicleta: São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. Todos são administrados pelo grupo Sertel e são casos de sucesso com forte adesão da população. Para saber se Florianópolis será a sexta da lista, precisamos aguardar até o dia 8 de julho, data final da entrega das propostas.

Beatriz Santini
beatrizsantini@gmail.com

Preços não são atrativos para uso diário

A licitação do projeto Floribike coloca como preço máximo da adesão anual ao serviço uma taxa de 365 reais. Um ciclista que usa sua bicicleta todos os dias em suas rotas diárias, costuma ter um gasto de manutenção anual próximo disso. No entanto, além da taxa de adesão, o usuário será cobrado pelo trecho percorrido.

Se o ciclista fizer um trajeto de um hora, que pode custar até 5 reais, duas vezes ao dia, ele pode pagar até 10 reais por dia. Caso esses sejam os valores finais definidos pela empresa, para quem percorre grandes distâncias, circular de ônibus ainda será mais barato do que alugar uma bicicleta. A vantagem fica para os percursos de até 40 minutos, um tempo considerável para quem já tem um bom condicionamento físico, e que é gratuito.

Vale lembrar que em Salvador, por exemplo, a taxa de adesão anual é de 10 reais. E em São Paulo, houve integração do sistema de aluguel com o bilhete único de todos os transportes, ou seja, fica o mesmo preço que ônibus, trem ou metrô.



Inicialmente, Floribike pretende implantar 30 estações e 300 bicicletas



Floram multa terreiros por barulho

Isolamento sonoro exigido na legislação contraria princípio religioso do contato com a natureza

Os atabaques que invocam Exús, Pretos Velhos e Caboclos batem na Casa do Pai Babalaô Marco D'Oxalá e da Mãe Yalorixá Lu Kelle D'Ogum, a cerca de 500 metros do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. Também batem ao lado do Terminal de Integração da Trindade, na Casa do Pai André. No Saco dos Limões, Pai Lucca e Pai Richard comandam o seu centro espírita, próximo à principal rua do bairro. E no Rio Vermelho, há a Casa da Mãe Bia. Esses terreiros de Umbanda se juntam às mais de 2000 casas de religiões de matriz africana presentes na Grande Florianópolis, segundo levantamento do Projeto SOS Racismo, da Universidade Estácio de Sá.

Desde o século XIX, os terreiros existem em várias localidades da Ilha e do Continente. O Código de Posturas de Desterro (atual Florianópolis) registrava em maio de 1854 uma Lei que "proibia os ajuntamentos de escravos ou libertos (...) que tivessem por objetivo os soutsos reinados africanos." Hoje, a liberdade religiosa é direito garantido na Constituição. Mas o som dos atabaques e agogôs, quando toca nas áreas mais urbanas da capital, causa problemas ao povo de Santo. A União de Cultura Negra em Santa Catarina (UNIAFRO) estima que nos últimos dois anos foram multados 120 terreiros de Umbanda em Florianópolis e região. Já a Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) informou ao Zero sobre 39 casas que sofreram reclamações de vizinhos e foram multadas ou notificadas.

O terreiro de Umbanda do Pai Babalaô Marco D'Oxalá e da Mãe Yalorixá Lu Kelle D'Ogum existe desde 2008, na Trindade. A casa fica escondida nos fundos do terreno, atrás do antigo Supermercado Comper. Até o ano passado, os atabaques eram to-

cados nas quintas e nos sábados, semanalmente. Em janeiro deste ano, durante uma gira (como são chamados popularmente os cultos umbandistas), Pai Babalaô foi abordado por um agente da Floram, que registrou uma multa em seu CPF por poluição sonora.

Depois do primeiro contato da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) — uma notificação seguida de multa — Raquel Fronteira, filha de santo de Mãe Lu e secretária da casa, decidiu verificar se havia outras denúncias no Ministério Público (MP) contra a casa de sua família. Descobriu outra denúncia anônima e procurou orientação jurídica. No escritório em que trabalha, localizado num prédio comercial do Centro, Raquel mostra em pastas etiquetadas as folhas de todas as etapas do processo. Hoje, a casa funciona uma vez a cada 15 dias, o que segundo Raquel prejudica quem estava acostumado a frequentar

as giras todas as semanas e receber atendimento espiritual individual. "Tem muita gente doente e muita gente abalada que nos procura", diz Raquel.

No Rio Vermelho, a sacerdotisa e teóloga conhecida como Mãe Bia teve problemas com alguns vizinhos. A casa que dirige, o Centro de Umbanda Caboclo Pena Verde, fica em uma área pouco residencial. Ainda assim, houve reclamação sobre o barulho. "Foi por uma denúncia de uma vizinha, que mudou ao lado direito de minha residência, por causa do barulho de um atabaque, somente."

Mãe Bia trabalha com questões espirituais há 42 anos. Já teve uma casa de Umbanda no Paraná e quando veio para cá registrou o terreiro em cartório como uma entidade sem finalidade econômica. Não cobra pelas consultas espirituais que faz nem por nenhum ritual da casa. Ela conta que mais de 40 filhos de santo não foram atendidos no

período em que a vizinhança se colocou contra as giras em seu terreiro. Hoje, apenas 13 frequentam regularmente a casa.

Na sede da Floram, com vista para a ponte Hercílio Luz, Adriana Teixeira, chefe do Departamento de Controle de Emissões Sonoras, defende que não há justificativa para tratamento diferenciado às casas religiosas. "Independente de ser Umbanda, Igreja evangélica ou casa noturna, o procedimento é este. E eu estou aqui pra cumprir a Lei." Referindo-se ao 11º artigo da Lei municipal 003 de 1999, a "Lei do Silêncio" ("Os estabelecimentos ou instalações potencialmente causadoras de poluição sonora deverão requerer à Fundação Municipal do Meio Ambiente certidão de tratamento acústico adequado"), Adriana ressalta que como a maioria dos terreiros não tem a regulamentação acústica, a FLORAM pode multá-los e autuá-los sem a medição de decibéis prevista na mesma Lei.

Adriana Teixeira cita que responsáveis por algumas das Casas de Umbanda conseguiram a certidão de tratamento acústico, e hoje funcionam dentro das regras. É o caso do terreiro do Pai André e do Pai Luiz, O Centro de Umbanda Obaluaê e Caboclo Ventania, localizado em região cercada de prédios e casas residenciais de classe média na Trindade. Porém, a blindagem sonora das Casas não é unanimidade entre o povo de Santo. A execução de um projeto acústico custa entre R\$6 e R\$10 mil reais - caro para instituições sem fins lucrativos. E isolar o local dos rituais vai contra os princípios da Umbanda, baseados na integração com a natureza por meio do contato com o solo, plantas, animais e sons. "Eu nem discuto projeto acústico", ressalta Vanda Pinedo, militante do Fórum das Religiões de Matriz Africana de Florianópolis. Para ela, assim como o som dos sinos da Catedral Metropolitana tem um significado para os praticantes do catolicismo, o som dos terreiros também é sagrado para o povo de Santo - e ambos devem ser respeitados.

Na tentativa de criar uma legislação especifi-

ca para as Casas de Umbanda, o vereador Badeko (PSB) propôs uma Lei Complementar na Câmara de Vereadores para estender o horário de emissão de ruídos para as casas de Umbanda até às 2h da manhã. A Lei foi aprovada em dezembro de 2013. Porém, como muitos dos rituais religiosos praticados na Umbanda ultrapassam esse horário, Vanda acredita que a lei não funciona.

Cintya Ramlov
cintyaramlov@gmail.com
Manuela Tecchio
manuela.tecchio@gmail.com



Um projeto acústico no padrão exigido pela Lei do Silêncio pode custar entre R\$6 e 10 mil, caro para estabelecimentos sem fim lucrativo

Constituição garante livre culto

O artigo 23 do Estatuto de Igualdade Racial, sancionado pelo ex-presidente Lula em 2010, reafirma o direito de livre culto garantido na Constituição: "É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias". A Lei 12.644, declara oficialmente o Dia Nacional da Umbanda, comemorado em 15 de Novembro.

Umbanda e Candomblé são as mais populares religiões de matriz africana presentes no Brasil. Segundo o Censo 2010, 407 mil brasileiros declararam-se seguidores da Umbanda, e 167 mil do Candomblé. Além destes, 14 mil afirmaram seguir cultos com raízes africanas. Estes números somados equivalem a 0,3% da população brasileira.

O Rio Grande do Sul é o estado brasileiro com maior população umbandista: 1,47% de sua população, segundo o Censo 2010. A Umbanda se divide em várias nações. Mistura as tradições africanas dos orixás com elementos da cultura do índio brasileiro, das religiões católica e espírita. Na Umbanda, o universo é povoado por entidades espirituais, que se comunicam através de uma pessoa iniciada, o médium — os Pais, Mães, Filhos e Filhas de Santo. Algumas das entidades mais populares se apresentam com os nomes de Pomba-gira, Caboclo, Exú, ou Preto Velho. A Pomba-gira simboliza uma mulher sensual e livre; o Caboclo representa o índio brasileiro; Exú, os espíritos incompletos ou pecadores; e o Preto-Velho, as origens africanas.

O Candomblé se aproxima mais das antigas religiões animicas da África, ou seja, que tem como base a alma (*anima*) da natureza. A religião cultua os orixás, ancestrais africanos divinizados que representam forças da natureza. Cada orixá é representado por cores, adereços e cantos específicos.

Falta orientação no registro das casas

O Fórum das Religiões de Matriz Africana é uma reunião de representantes de vários Centros de Umbanda de Florianópolis e região. Desde 2013, realiza audiências públicas e reuniões que buscam melhorar e regulamentar a situação dos terreiros. O Projeto SOS Racismo, do Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá, em São José, auxilia os terreiros na área jurídica.

O principal obstáculo citado por Vanda Pinedo, do Fórum, e por Emiko Liz, coordenadora do SOS Racismo, e de outros diretores de Casas de Umbanda ouvidos pela reportagem, é a burocracia necessária para o registro e regulamentação. Há dificuldade para conseguir o alvará específico de casa religiosa. Muitos dos terreiros são registrados da mesma maneira que bares, boates ou circos. Para Vanda Pinedo, o registro correto ajudaria para que as autoridades olhassem aos terreiros por uma perspectiva menos comercial e mais de respeito ao culto religioso. "Você não pode chegar em uma igreja como chega em uma casa noturna.", completa.

Também há pouca ou nenhuma orientação sobre o procedimento correto de registro das casas. Pai Lucca, que mantém junto com Pai Richard a Tenda Espírita Vô Fabricio, no Saco dos Limões, tem a licença de "casa cultural" e não religiosa. Seu terreiro já foi multado pela Floram duas vezes, em 2013 e 2014. As multas foram de R\$3 mil e R\$3,5 mil. Segundo ele, a Prefeitura pouco orienta quem precisa registrar um novo estabelecimento. Hoje Pai Lucca está no processo de mudança do registro, que demanda mais tempo e mais dinheiro. Para ajudar nesse problema, o SOS Racismo está desenvolvendo uma cartilha explicativa para a regulamentação dos terreiros, que será distribuída em Florianópolis e região. No dia 28 de junho, o SOS Racismo e o Fórum terão uma audiência



Será a UFSC um modelo de acessibilidade?

Apesar das adaptações, há falta de comunicação entre universidade e quem realmente precisa

Ao caminhar pelos arredores da UFSC é possível encontrar piso tátil nas calçadas, rampas para deficientes físicos, banheiros adaptados e bolsistas contratados para acompanhar cegos. Existe até uma Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, para garantir os direitos dos alunos e servidores com algum tipo de deficiência.

A mais nova ação para melho-

rar essas condições foi a reforma no Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da UFSC, iniciada em janeiro deste ano e com previsão de término para agosto. O prédio já recebeu padronização dos azulejos para facilitar a colocação do novo piso tátil, as placas de identificação foram trocadas por outras de maior contraste e as portas pintadas com tons azuis para facilitar o reconhecimento das salas de aula, banheiros e laboratórios. Ainda serão colocados sinalizações

nos corredores, corrimões em braille e mapas táteis, além de alarmes de incêndio, extintores e novos bebedouros.

Então isso significa que a UFSC é um modelo de acessibilidade?

Conversamos com três pessoas com deficiência que frequentam a universidade - um mestrando cego, um tradutor surdo e uma servidora cadeirante - para tentar entender qual é a verdadeira situação da acessibilidade no campus: os planos e ações que deram certo e as maiores dificuldades

que enfrentam em sua rotina. Necessidade de manutenção das calçadas e rampas, poucos intérpretes contratados e falta de consciência das pessoas com relação aos deficientes foram exemplos citados pelos entrevistados.

Porém, o maior problema é causado por aqueles que deveriam estar oferecendo soluções para garantir a acessibilidade na UFSC. De acordo com Tarso Dornelles e Denise Siqueira, dois dos entrevistados, os órgãos responsáveis pela acessibilidade não dão

oportunidade para que os deficientes expressem sua opinião a respeito dos planos. "Eles acham que sabem o que a gente precisa e nunca perguntam", explica a servidora. O Zero, por outro lado, perguntou.

Elva Gladis

elva.gladis@gmail.com

Luiz Fernando Menezes

luizfernandonmenezes@gmail.com



Tarso Dornelles

João Gabriel Ferreira

Denise de Siqueira

"Dão acessibilidade, mas não dão independência. Eu queria ser independente na UFSC", critica o mestrando em Geografia, Tarso Germany Dornelles, com uma expressão de impotência enquanto identifica um mapa tátil de algum país da África em sua sala de trabalho.

Pelo menos três vezes na semana vai para a UFSC. Quase todas as manhãs estuda no Ambiente de acessibilidade informacional da biblioteca e à tarde vai para o Laboratório de Cartografia Tátil da Universidade. Tarso teve glaucoma ao nascer, usou óculos até os dez anos e por volta dos 11 perdeu totalmente a visão. Hoje sai de sua casa no Ribeirão da Ilha de carona ou ônibus, cria um mapa de referências para marcar trajetos mais comuns (da casa ao ponto de ônibus/mercado/casa da namorada/entre outros) e a bengala contribui no resto da locomoção. "Mas é mais fácil andar na rua do que na UFSC, aqui são muitos lugares abertos sem nenhuma referência para ajudar".

O estudante lembra da vez que um engenheiro da Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC) ajudou a criar trajetos para ele e uma aluna da graduação. "Ele começou a ver quais poderiam ser marcações ou referências para não precisarmos da companhia de outra pessoa. Ele não conseguiu. Foi impossível criar um caminho do Centro de Geografia até a Biblioteca por serem muitos espaços abertos e ruas em mau estado".

A solução que a universidade encontrou foi oferecer para Tarso um bolsista que pudesse acompanhá-lo durante todo o tempo que estivesse na UFSC. Mesmo assim, as dificuldades não desaparecem totalmente: "além de contar com a boa vontade das pessoas temos que pensar no tempo disponível dos bolsistas. Quando quero assistir uma palestra fora do horário dele de trabalho, o que eu posso fazer? Não vai existir alguém na organização do evento pensando que pessoas como eu querem participar mas estão impedidos porque não são independentes". Não existem pessoas com essa função aqui. E assim nós continuamos sendo o quê? Um problema invisível".

"Você sabe onde fica a sala 315?" pergunta um aluno atrasado para sua aula. Ferreira faz o sinal de desculpas e aponta para o ouvido, indicando que é surdo. O jovem constrangido sai correndo fazendo gestos de que não precisa mais da informação, antes mesmo de Ferreira explicar que bastava uma pergunta mais lenta para fazer a leitura labial.

O novo tradutor contratado pela UFSC é carioca e tem 25 anos. Veio para cá em 2011 iniciar o curso de Letras Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ao contrário de muitos surdos, ele frequentou uma fonoaudióloga desde criança e aprendeu a fazer leitura labial e falar português. Foi só na UFSC que estudou Libras.

Iniciou a faculdade de Educação Física na UFRJ. Dos quatro anos de graduação, fez apenas dois por não encontrar nenhuma oportunidade de trabalho. Quando soube da existência do curso da UFSC, decidiu deixar tudo e se mudar.

Começou a cursar Letras Libras em 2006 a distância e em 2008 passou à modalidade presencial. Ouvintes e surdos iniciaram então o curso de licenciatura de oito semestres. João é um dos 200 alunos surdos que estudam atualmente na UFSC. Um grupo de jovens que contam com 15 intérpretes para qualquer exercício em sala ou rotina diária.

"Antes eram sete intérpretes para esses 200 alunos, hoje estamos em 15, e ainda é um sufoco. Traduzimos materiais de estudos de português para Libras e, às vezes, um surdo nos procura para acompanhá-lo até outro lugar". Recebe qualquer material escrito e faz gravações das traduções. A maior questão é que é intérprete sem ser formado, e assim como ele existem outros. "Você iria querer aprender francês com alguém que não tivesse formação em francês?", questiona João, "Então, é a mesma coisa".

Sua rotina são os espaços do curso de Libras no CCE. Quando não está no trabalho de tradução, está na sala de aula e vice-versa. A ligação com o local é tão forte que ao indagado se conhece outras partes da UFSC, responde com naturalidade: "Não. O nosso mundo é aqui. Nós nos entendemos, temos vários espaços, não precisamos sair para outros lugares que talvez não sejamos compreendidos".

Era comecinho da manhã quando recebemos a ligação de Denise dizendo que poderia conversar com a gente antes do horário combinado. Ela não conseguiria ir à defesa de tese que planejava assistir no segundo andar Centro de Ciências Educacionais (CED) porque o prédio era inacessível para cadeirantes: não tem rampas e os elevadores não funcionavam.

Servidora da UFSC desde 2010, quando passou no concurso da Secretaria de Relações Internacionais (Sinter), Denise trabalha hoje no banco de informações do Centro de Cultura e Eventos: "por causa de sete degrauzinhos de escada eu estou afastada, fazendo um trabalho que não é o meu". A servidora também reclama de assédio por parte de alguns de seus colegas. Por exemplo: quando demorava no banheiro e "tinha gente que vinha para ver se eu estava mesmo fazendo xixi ou se estava matando trabalho".

Esse caso exprime um dos maiores problemas dos cadeirantes que é a falta de respeito por parte de outras pessoas. Alunos que sujam os banheiros destinados aos deficientes físicos, professores que se recusariam a mudar de sala para facilitar acesso e carros estacionados na frente das rampas podem ser encontrados aqui mesmo na universidade. A servidora também critica os órgãos responsáveis por promover a acessibilidade: alguns integrantes agem como se estivessem fazendo um favor "quando na verdade é um direito nosso" e as políticas estão destinadas "ao pronto-socorro daqueles que entram na universidade, e não a uma acessibilidade universal".

Além dos obstáculos culturais, Denise tem que enfrentar obstáculos físicos em sua rotina dentro e fora da UFSC. Quando ela consegue uma vaga nos poucos ônibus equipados com elevadores - cada veículo desse só consegue levar um cadeirante -, tem que enfrentar ainda os buracos e desníveis das calçadas e ruas da região universitária. O maior problema mesmo é quando chove, "por que aí a UFSC vira vários laguinhos".



Feirinha pode ser regulamentada pela reitoria

Modelo atual gera atritos e acusações entre diretor do CCE, comerciantes e gestão da UFSC

Para quem passa às quartas-feiras pela Feirinha da UFSC, fica difícil acreditar na confusão que se transformou o espaço que, teoricamente, foi montado para vender orgânicos. Não é só o fato de que hoje é possível comprar ali, por exemplo, um pastel que acabou de ser frito em óleo transgênico, que vem gerando confusões. Gerou grande confusão, é verdade. Mas não a única.

O motivo mais recente para as trocas de alfinetadas de todos os lados vem de um documento redigido pelo diretor do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC. Nele, Felício Margotti solicita à reitoria esclarecimentos sobre a legalidade da Feirinha, as questões higiênicas e o uso, por parte dos comerciantes, dos espaços do Centro, principalmente os banheiros. "A gente sabe que a feira teve origem num projeto de produtos sem agrotóxicos. E hoje ela está totalmente desvirtuada. É uma outra feira. Tanto que vende ali, por exemplo, acarajé. Se olhar bem, vende até cachaça", afirmou Margotti.

Para o diretor do CCE, a Feirinha tem que ser reformulada e acontecer em outro lugar. "É uma questão de uso do espaço físico, porque eles ocupam, em média, 30 vagas de estacionamento. Eu mesmo várias vezes tentei estacionar aqui na frente do CCE e não consegui, porque eles estacionam em fila dupla. Do jeito que está fica parecendo um cortiço. Eu acho que a feira deveria acontecer, mas em outro ambiente", propôs o diretor do CCE.

Os feirantes discordam dos questionamentos que estão no ofício. Alguns itens são, inclusive, motivo de piada para eles. É o que acha Eduardo Tridapalli, há mais de dois anos no local vendendo molhos, tortas e outros orgânicos. "Isso relacionado aos ban-

heiros é algo que chega a ser engraçado até. É ridículo. Usamos poucas vezes durante o dia. Nunca vimos ninguém reclamando." Para o feirante, o diretor do CCE teve outros motivos para fazer o documento. "Falam que o Felício fez por pressão das lanchonetes dos Centros, que dizem estar perdendo clientes para a Feirinha. Mas o pessoal que consome os alimentos daqui muitas vezes sequer consome o alimento da lanchonete. O que é um pouco diferente é o pastel daqui, que se assemelha mais ao alimento de lá".

A questão do pastel é outro tema polêmico. Para entendê-la melhor, a reportagem do ZERO buscou o projeto de extensão que iniciou a Feirinha, há mais de sete anos. A proposta inicial é de comercialização no espaço apenas de produtos orgânicos. O tal projeto chegou ao fim em 2011, mas a Feirinha ficou. Até a chegada de comerciantes vendendo outros produtos, como o próprio pastel, que gerou confusão com um dos feirantes mais antigos, Mauro Orua, vendedor de orgânicos. "É uma feira teoricamente orgânica. A questão do pastel eu falei para a dona. Às vezes, você faz assado, faz uma farinha orgânica, evita a sal-sicha, ketchup. Mas não deu certo os meus conselhos", disse o comerciante, para depois lembrar o caso que gerou confusão. "Esses dias deu uma fila gigante, eu bati uma foto e ela fez uma confusão. Eu falei que ela não poderia vender um pastel frito de carne com óleo transgênico, numa massa de supermercado com uma carne moída que vem sei lá de onde".

A UFSC sabe que tem um problema em mãos. E que precisa ser resolvido.

Depois de criar um grupo de trabalho que estudou a Feirinha, foi feita uma resolução. O documento, que visa regulamentar as atividades, acabou de retornar da Procuradoria Federal com sugestões jurídicas. Agora, os profissionais vão finalizá-lo para encaminhar ao Conselho Universitário (CU) para votação.

Novo espaço, previsto para agosto, permite somente venda de orgânicos

De acordo com Carlos Vieira, chefe de gabinete, até agosto a Feirinha deve ser regulamentada. E, segundo ele, só comercializará orgânicos. "A nossa ideia é ter um espaço próprio, coberto, com pias, com todas as questões sanitárias para que as pessoas utilizem para a Feirinha. Não tenha dúvida que ela será de produto orgânico". Ele sabe que os problemas envolvendo o espaço estão causando transtornos. Mas exime a atual gestão de culpa. "O próprio professor Felício, que foi chefe de gabinete, e outros também que hoje jogam pedra, não fizeram nada. Estamos tentando com essa resolução resolver de forma legal e humana. Era muito mais fácil expulsá-los, mas ali tem famílias."

Enquanto a regulamentação ainda não existe e o prometido novo espaço não sai do papel, a Feirinha continua acontecendo todas as quartas. Não tão pacata quanto em seu início. E nem tão orgânica também.

João Ricardo Ziert

joaoricardo.ziert@gmail.com

Michele de Mello

micheledemellomm@gmail.com



Diretor do CCE considera que Feirinha faz praça parecer um cortiço



Comerciantes da feira indagam se pastel pode ser considerado orgânico

Fios desencapados, buracos e goteiras no CDS

Última grande reforma ocorreu na gestão Wilibaldo Neckel, pai da atual reitora, há mais de 15 anos

A pessoa que praticar algum esporte no ginásio um do Centro de Desportos (CDS) em dia de chuva tem que jogar contra o time adversário e contra as poças d'água. No Ginásio 3 há menos goteiras, mas os buracos onde se colocam os postes da rede de vôlei estão grandes o suficiente para que alguém vire o pé ao pisar neles. Para tomar banho no vestiário, ou utilizar o banheiro, é preciso coragem para enfrentar a sujeira e os fios aparentes dos chuveiros elétricos e ainda torcer para que tenha água. A piscina está sem aquecimento e as goteiras estão por toda a cobertura. E para jogar basquete nas quadras externas é preciso sorte para conseguir uma das duas quadras em que é possível jogar, porque as outras cinco estão sem aro, sem tabela, ou sem os dois.

Estes são apenas alguns dos problemas do CDS. Ina Neves, do Centro Acadêmico de Educação Física (CAEF), coloca na lista a falta de salas de estudo para os graduandos do curso, a precariedade do setor de educação física na Biblioteca Universitária e as luminárias dos ginásios que correm o risco de cair e têm várias lâmpadas queimadas. Além do fato das quadras dos ginásios um e três serem de cimento, o que não é o ideal para a prática esportiva. O ginásio dois tem piso de madeira.

As condições do centro contrastam com o complexo de atletismo, inaugurado no dia 26 de março, com piso de alta qualidade, iluminação, medidas oficiais e campo de futebol. No dia da inauguração, com a presença do Ministro do Esporte George Hilton, os alunos do CAEF fizeram um protesto pedindo por melhorias no restante do CDS e questionando os gastos visando eventos como as Olimpíadas em comparação com



Reitoria entregou proposta de reforma das quadras ao Ministério do Esporte, que não estabeleceu prazo para resposta

a falta de investimento para esportes acessíveis à população – foram gastos R\$7,8 milhões no centro de atletismo, que será um dos locais de aclimação para os jogos olímpicos de 2016.

O diretor do centro, Edison de Souza, afirma que a infraestrutura é um problema urgente do CDS, pelo menos, desde 2009. A última reforma completa feita nas quadras externas,

por exemplo, aconteceu no período em que Wilibaldo Neckel – pai da atual reitora – era diretor, entre 1992 e 1996. Recentemente foi feito, em parceria com o PET do curso de Arquitetura e Urbanismo, um projeto para a construção de quadras cobertas, um ginásio, e a reforma das quadras externas, mas não foi viabilizada a verba para a execução.

Edison de Souza agora espera con-

seguir o dinheiro para realizar este projeto com a ajuda do Ministério do Esporte. Em reunião com o ministro George Hilton, a reitora Roselane Neckel entregou um documento formalizando o pedido de apoio para a realização de reformas no CDS e uma proposta para a reforma das quadras externas, ginásios e vestiário do CDS. O valor total necessário para que a obra seja feita é de R\$ 2 milhões.

O projeto agora está em análise na área técnica do Ministério do Esporte e tem chances de receber investimento destinado à formação da Rede Nacional de Treinamento, que começou a ser criada após a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016 – o mesmo programa que tornou possível a reforma da pista de atletismo. Mas, como ainda está no início do processo de análise e teria que passar por outras etapas do processo burocrático, como a análise do departamento de infraestrutura do esporte, o Ministério não estabelece um prazo para dar resposta à UFSC.

Mais imediatamente a direção do CDS elegeu como prioridade a troca dos aquecedores das piscinas. A licitação para a compra dos novos equipamentos aconteceu em outubro de 2014, mas os R\$250.000,00 necessários para realizar a aquisição dos 16 aquecedores foram liberados somente este ano. O pagamento foi realizado e o fornecedor recebeu a confirmação no dia 25 de maio. A empresa tem até o dia 23 de junho para entregar os aquecedores.

Desde o começo deste semestre as aulas que utilizam a piscina olímpica estão acontecendo sem aquecimento. Com a chegada do outono e a aproximação do inverno a média de temperatura da água fica em torno dos 20 graus e os professores das disciplinas têm autonomia para decidir se darão ou não aula levando em consideração a segurança dos alunos. As atividades com crianças, idosos e portadores de necessidades especiais que utilizam a piscina adaptada continuam normalmente, pois seus dois aquecedores estão funcionando.

Anderson Spessatto
andersonspessatto@gmail.com
Rômulo Garcia Vieira
romulogvieira@gmail.com

Atletas catarinenses aproveitam pista olímpica para melhorar índices

Até março deste ano Jonatan Chaves Rodrigues, 20, não tinha um lugar para treinar com condições idênticas as que encontra em competições. O atleta disputa as provas de 100 e 200 metros rasos e é uma das promessas do atletismo brasileiro para os próximos anos. Não fosse a pista de atletismo da UFSC, inaugurada no dia 26 de março, vários atletas ainda estariam treinando em locais que não simulam o ambiente de competição.

Jonatan é um dos atletas da União

Catarinense de Atletismo (UCA) que utiliza a pista da universidade em treinamento para a disputa de competições e a prática de esportes em alto nível. Essa é a finalidade para qual o Ministério do Esporte investiu cerca de R\$ 7,8 milhões na reforma da estrutura.

O que motivou a liberação da verba para a reforma da pista de atletismo foram os jogos olímpicos – o complexo é um dos locais indicados para a aclimação das delegações para as Olimpíadas do Rio de Ja-

neiro, em 2016. Mas o diretor do Centro de Desportos (CDS), Edison de Souza, garante que a população de Florianópolis vai ter espaço para utilizar a estrutura de treinamento por meio de projetos de extensão nos mesmos padrões atualmente aplicados à piscina. Estas atividades terão início em agosto. Entre os projetos de extensão estão os de iniciação esportiva com crianças e jovens.

Uma das promessas feitas durante o período em que a pista estava

em construção era de que o local receberia competições estaduais, nacionais e até internacionais. Por enquanto, a UDESC e a Federação Catarinense de Desporto Universitário já demonstraram interesse em marcar competições no CDS. Nos dias 23 e 24 de maio aconteceram as primeiras disputas oficiais, organizadas pela Federação Catarinense de Atletismo.

Quanto mais competições acontecerem em SC – e especialmente em Florianópolis – melhor para os

atletas catarinenses. Jonatan Rodrigues explica que mais importante que vencer as competições é o tempo que marca: "Tenho 10.64 segundos nos 100 metros. Hoje, o melhor brasileiro tem 10.30 segundos", explica. É com base nesse número que são formadas as equipes de revezamento e as convocações para a seleção brasileira. Com competições mais frequentes, e em uma pista de alta qualidade como a da UFSC, aumentam as chances de atletas melhorarem suas marcas.

Três chapas disputam nas eleições do DCE

Disputa evidencia conflitos ideológicos e aumento da participação política dos alunos

O assunto política, mesmo que negado por alguns, permeia as nossas conversas de estudantes nos corredores, nos bares, em casa para quem mora em repúblicas e em publicações nas redes sociais. Só neste primeiro semestre de 2015, duas importantes votações convocaram a comunidade acadêmica às urnas para expressarem suas preferências. A primeira foi a consulta pública sobre a adesão ou não do Hospital Universitário da UFSC à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Realizada no dia 29 de abril, essa consulta recebeu os votos de 6.420 estudantes (num universo de 36.605 aptos a votar), em que 75,6% foram contrários a adesão. A pressão para que fossem realizadas a consulta pública, os debates sobre o tema e a massiva divulgação das etapas do processo foi, em grande parte, de responsabilidade dos estudantes. Foram dias em que a UFSC ficou tomada por faixas e camisetas com dizeres “Não à EBSERH” e “EB-SERH, aqui não passará”. Na semana seguinte, os alunos foram abordados nos corredores e convidados para votar nas chapas que elegeriam delegados para representar a UFSC na União Nacional dos Estudantes (UNE). Essa eleição teve pouca divulgação e o próprio processo precisava ser explicado com calma. Alguns estudantes que saíram para o corpo-a-corpo no dia da votação na tentativa de cooptar votos, sentiram a dificuldade de encontrar



O primeiro debate entre as chapas foi realizado na segunda-feira, dia 1 de junho, no auditório do prédio EFI

personas dispostas a ter uma rápida conversa no caminho até a sala de aula para entenderem o que significa a UNE e como ela se estrutura. A eleição somou 1.959 votos.

Além dessas eleições, também houve o convite para eleger os representantes dos Centros Acadêmicos, que cada curso realiza anualmente. E agora os alunos de graduação dos cinco campi da UFSC estão convocados para comparecerem nos seus respectivos centros de ensino nos dias 17 e 18 de junho para votarem nas chapas que concorrerem a um ano de gestão do Diretório Central dos Estudantes.

O DCE é a entidade que tem a atribuição de representar os estudantes da UFSC perante a Reitoria e organizar as mobilizações estudantis locais

e articulá-las com movimentos externos. O DCE da UFSC recebe o nome de Luís Travassos, ex-militante contra as opressões da ditadura militar no Brasil, que esteve à frente da UNE em

O número de votos em 2014 chegou a 6.155, e a chapa eleita obteve 53% dos votos totais

1967 e foi um dos organizadores da “Passeata dos 100 mil”, ocorrida no Centro do Rio de Janeiro em 1968. As eleições do DCE são organizadas por uma comissão de, no mínimo, cinco

e, no máximo, nove estudantes, que não podem apresentar vínculo com as chapas inscritas, indicados pelo Conselho de Entidades de Base (CEB). O CEB é outra instância de representação estudantil formada por membros de todas as gestões dos CA's dos cursos de graduação e o grêmio estudantil do Colégio de Aplicação.

Nos últimos três anos, a disputa pela diretoria do DCE se acirrou e o número de votos cresceu. Em 2012, duas chapas concorreram, saindo vitoriosa a auto-intitulada chapa de esquerda “Voz Ativa”. Foram registrados 5.296 votos, sendo 3.240 para a chapa eleita. Nos dois anos seguintes, o número de chapas inscritas duplicou e outras frentes de esquerda disputaram as eleições. Nessa conjun-

tura, foi eleita em 2013 a chapa de oposição “Novos Rumos” e em 2014 a “Dias Melhores”, que representava a continuidade da gestão do ano anterior. O número de votos no ano passado chegou a 6.155, sendo 3.283 para a chapa eleita.

Na pauta das discussões dos últimos anos sobre o DCE ficaram evidenciadas questões relacionadas à regulamentação das Empresas Juniores e das Atléticas. Após o Levante do Bosque no ano passado, episódio em que a Polícia Federal e os estudantes da UFSC entraram em conflito, a segurança no campus também passou a ser ponto de divergência entre as frentes que assumem a representação estudantil.

Para este ano são esperadas eleições disputadas e que dependem, de acordo com a visão dos estudantes que compõem as chapas, do voto do maior número de estudantes possível. Serão três chapas na disputa: 1 - Por Toda UFSC; 2 - Nada Será como Antes; e 3 - DCE é pra Lutar. Ao todo, são 478 nomes de estudantes inscritos nas chapas e que vão disputar a responsabilidade de conciliar a vida acadêmica com a luta por direitos para todos os que escolheram a UFSC para a sua formação.

Djalma Júnior
j.djalma.jr@gmail.com

Conheça as ideias dos concorrentes de 2015



A chapa 1 “Por Toda UFSC” é formada por 170 alunos e possui representantes em todos os campi, sendo o campus de Blumenau, o CTC e o CSE os que mais somam apoiadores (30, 29 e 19, respectivamente). É a chapa de continuidade da gestão “Dias Melhores”.

Defendem a representatividade das diversas formas de iniciativas estudantis, como Empresas Juniores, Atléticas, coletivos, entre outros. A formação da chapa aconteceu numa reunião convocada através de um evento no Facebook e a partir de convites pessoais. Pretendem manter o auxílio à estruturação do movimento estudantil nos campi do interior, iniciada com a gestão anterior. Acreditam numa atuação pragmática do DCE, em que sejam feitas críticas e ao mesmo tempo oferecidas soluções viáveis de serem aplicadas. Se consideram uma chapa sem ideologia dominante e pretendem desenvolver estratégias para trazer os estudantes para o movimento estudantil.



A chapa 2 é a “Nada Será como Antes”. O nome da chapa é uma referência à música de Elis Regina e Milton Nascimento e remete à crítica de seus apoiadores, que consideram a atual gestão do DCE pouco presente e pouco

efetiva no cotidiano dos estudantes. A chapa foi formada através de três reuniões abertas e convocadas através do Facebook. São 284 integrantes de todos os campi e os centros com maior número de representantes são o CFH (69 alunos), o CTC (44) e o CSE (36). Acreditam no DCE como um espaço de mobilização estudantil organizado para combater qualquer tipo de opressão ou ameaça aos direitos civis. Objetivam promover discussões em conjunto com os coletivos da universidade. Defendem os interesses de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, aberta à comunidade. Prometem lutar contra os efeitos dos cortes anunciados pelo Governo Federal na educação e se posicionam favoráveis às lutas dos trabalhadores.

DCE É PRA LUTAR

“DCE é pra Lutar” foi formada a partir da cisão com a chapa 2. É composta por 24 estudantes do campus Trindade da UFSC, sendo metade do Centro de Comunicação e Expressão. A chapa 3 havia sido impugnada pela Comissão Eleitoral por não ter apresentado um dos três tipos de documentos exigidos para homologação da candidatura. Foram entregues os atestados de matrícula e as cópias dos documentos com foto dos componentes da chapa, mas faltou a nominata, onde deveriam constar o nome e a cor da chapa e os nomes, as matrículas e as assinaturas dos integrantes. Seguindo o Regimento Eleitoral, a chapa 3 auto-convocou o Conselho de Entidades de Base buscando recurso da decisão. Dos 18 centros acadêmicos que compareceram, 13 votaram favoráveis à inclusão da chapa 3 no processo eleitoral. Até o fechamento desta edição do Zero, a chapa não havia divulgado o seu programa eleitoral assim como a arte da campanha.

ção Eleitoral por não ter apresentado um dos três tipos de documentos exigidos para homologação da candidatura. Foram entregues os atestados de matrícula e as cópias dos documentos com foto dos componentes da chapa, mas faltou a nominata, onde deveriam constar o nome e a cor da chapa e os nomes, as matrículas e as assinaturas dos integrantes. Seguindo o Regimento Eleitoral, a chapa 3 auto-convocou o Conselho de Entidades de Base buscando recurso da decisão. Dos 18 centros acadêmicos que compareceram, 13 votaram favoráveis à inclusão da chapa 3 no processo eleitoral. Até o fechamento desta edição do Zero, a chapa não havia divulgado o seu programa eleitoral assim como a arte da campanha.



Falta de dados prejudica planejamento da pesca

Para garantir a sustentabilidade da atividade são necessárias novas pesquisas e mais fiscalização

Quem mora em Florianópolis já deve ter comido uma boa tainha frita, ou quem sabe teve a oportunidade de presenciar algum “arrasto de praia” no litoral catarinense. A pesca da espécie *mugil liza* é tradicional no estado que, em 2011, possuía a maior produção de pescado de origem marinha do Brasil, segundo estatísticas publicadas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Desde então, não existem dados oficiais sobre a produção pesqueira no país. Não só de tainha, mas de todos os tipos de peixes.

Laurentino Benedito Neves, 52 anos, o Chinho, é o encarregado pela pesca de arrasto de praia na Barra da Lagoa. É o tipo mais tradicional de pesca no estado. Antes do amanhecer, Chinho já está na praia. Ele coordena a retirada das canoas para a areia, e a posição dos três vigias. “[Eles] Têm que ser os mais ‘olhudos’, os que vão com mais vontade pra agarrar o peixe mesmo!” - a comunicação entre eles é feita por rádio. Os pescadores ficam reunidos à espera do sinal dos vigias. Quando eles avistam um cardume a correria é geral. Os barcos são colocados na água e se rema o mais rápido possível para cercar os peixes com a rede. Os que estão na praia ajudam a puxá-la até a areia. Quando há muito peixe, os vizinhos se presentiam e o bairro inteiro se alegra com o dinheiro extra, fruto da venda do “lance” recém pescado.

Mas enquanto o sinal do vigia não vem, tudo o que resta é esperar. Ao som de um samba, é claro. Dominó, caipirinha e petiscos, mas sem tirar os olhos do mar. Chinho se lembra da quantidade de cardumes que havia antigamente. “Tinha muito mais peixe. Eu costumava ir com meus amigos à ponta daquele morro lá, entre a Barra e a Galheta, olhar os cardumes passando no mar. Eram tantos que pareciam sombras de nuvens”.

A pesca da tainha acontece de maio a julho, um período naturalmente sensível para a espécie. No outono, à medida que o tempo e as águas esfriam, os cardumes saem dos chamados berçários,

como a Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, em busca de águas mais quentes onde possam desovar. Antes de chegarem ao mar, esses peixes são alvo de pescadores artesanais durante todo o ano, mas é no início da migração reprodutiva, quando estão agrupados em grande quantidade nas desembocaduras de rios e lagoas, que a pesca se intensifica.

Desde 2004, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) considera a tainha uma espécie sobreexplorada, ou seja, a captura é tão intensa que reduz significativamente o número de peixes no ecossistema e coloca em risco sua preservação. Daí a necessidade de um Plano de Gestão – na época foi estabelecido um prazo de cinco anos para sua implantação.

Mas foi só no último dia 14 de maio que o Ministério da Pesca, em conjunto com o MMA, aprovou o *Plano de Gestão para o uso sustentável da tainha no Sudeste e Sul do Brasil*. O documento – resultado das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Técnico (GTT-Tainha) – classificou a espécie como vulnerável e indicou caminhos para superar o problema.

O próprio Plano de Gestão para a pesca sustentável da tainha admite a deficiência na coleta de dados e a importância destes para a análise do desenvolvimento pesqueiro no país. Com isso, para a elaboração do documento, o GTT utilizou trabalhos de especialistas na área, pesquisas desenvolvidas em universidades e órgãos como a Federação dos Pescadores de Santa Catarina (Fepesc), que mantém estatísticas próprias.

A captura da tainha surgiu como uma alternativa à indústria catarinense no início dos anos 2000, devido à escassez da sardinha-real, principal produto da frota industrial na época. A prática permanece até hoje. No entanto, somente o valor de venda da tainha não justifica o investimento do setor industrial. O que sustenta a atividade é a exportação das ovas, que têm alto valor de revenda no exterior. O problema é que ao pescar um peixe com

ovas, impede-se que o mesmo possa completar o ciclo reprodutivo e assim garantir a sobrevivência da espécie para as gerações futuras.

Ainda baseado nas informações do GTT-Tainha, além do excesso de esforço pesqueiro, outros fatores podem causar safras menores. Por exemplo, a quantidade de poluição recebida nas lagoas e a redução no número de frentes frias no litoral sul do país. Esses sistemas são necessários para que as tainhas migrem para águas mais quentes ao norte. Na Lagoa dos Patos, onde a maior quantidade de tainha costuma ser pescada até maio, 2015 já é considerado um dos piores anos. De acordo com os pescadores, a falta de peixes se deve à água que não atingiu a salinidade ideal para o aparecimento do peixe.

Paulo Ricardo Schwingel, oceanólogo e professor da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), afirma que as safras dos últimos cinco anos podem ter sido prejudicadas por um excesso de esforço pesqueiro artesanal, industrial e amador. Ele faz um alerta e sugere maior controle sobre o último. “Esse tipo de pesca é feita por qualquer pessoa na beira da praia e ela não é contabilizada”.

Roberta dos Santos, analista ambiental do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL), concorda com a necessidade de diminuição do esforço pesqueiro de forma geral, mas destaca as diferenças entre os segmentos. “A frota industrial tem um poder de pesca muito maior comparado à pesca artesanal. Às vezes, parece que um setor está sendo prejudicado, mas tem muito a ver com o tamanho e a mobilidade”. O desembarque de um barco industrial é da ordem de 10 a 30 toneladas por viagem, que pode durar até três dias. Já a pesca de emalhe costeiro – método utilizado pelos pescadores artesanais embarcados, chamados por Chinho de “semi-industriais” – captura em média 1 a 3 toneladas por viagem, de até três dias.

Horst Doering, superintendente do MPA em Santa Catarina, afirma que essa situação de vulnerabilidade da espécie e a ausência de estatísticas obriga a adoção de medidas preventivas. "Não tendo dados e informações sobre estoque, as restrições vão aumentar. Não só para tainha, mas para todas as espécies".

Para a safra desse ano, o número de embarcações foi reduzido tanto para a pesca artesanal motorizada quanto para a pesca industrial. O tamanho máximo para que um barco se caracterize como pesca artesanal motorizada também diminuiu. O número de autorizações para a industrial foi reduzido de 60 para 50 embarcações. O período para a pesca também foi modificado. No primeiro dia de maio foram liberados os pescadores artesanais (a remo) que usam rede de arrasto. As embarcações a motor consideradas pequenas, no dia 15; e a partir do dia 1º de junho iniciou a pesca para a frota industrial. Até o ano passado, a pesca para todas as categorias começava no dia 15 de maio.

"Não tendo dados e informações sobre estoque, as restrições vão aumentar"

O presidente da Câmara Setorial da Tainha do Sindicato dos Pescadores Industriais (Sindipi), Antonio Monn, está revoltado com as normas para a safra de 2015 e acusa privilégio à pesca artesanal. Ele atribui a redução da safra ao excesso de esforço pesqueiro na Lagoa dos Patos e às restrições de pesca impostas à frota. Monn ainda critica a efetividade do Plano e a deficiência na coleta de dados. "Se eles tivessem realizado o trabalho de pesquisa de campo como deveria ter sido feito e determinado, não teriam chegado a essa conclusão".

Para Ivo da Silva, presidente da Fepesc, órgão que representa os pescadores artesanais no estado, o acordo foi bem aceito. Questionado sobre a vulnerabilidade do peixe e a possível diminuição do recurso, ele aponta o fator ambiental como o principal pro-

blema. Também destaca a inexistência de dados para a produção de informação. "Eles [Governo] não contam os nossos peixes, nem nossos pescadores. Falta uma política direcionada ao setor pesqueiro".

Na Barra da Lagoa, até o fechamento dessa edição, quase na metade do período de pesca, já haviam sido capturadas pelo menos 3,5 mil tainhas - aproximadamente cinco toneladas. Mas Chinho acredita que esse ano a pesca vai ser boa. "Tudo indica que vai dar bastante peixe". Enquanto ele falava isso, na beira da praia, alguém saiu de dentro do barracão e anunciou "Nos ingleses acabaram de pegar um lance de 22 mil tainhas!" Entre comentários sobre como deveria estar a alegria no Norte da Ilha, Chinho disse que isso prova que ainda tem peixe, mas falta fiscalização. Tanto em relação às medidas das redes quanto ao

respeito aos limite às áreas destinadas a cada modalidade de pesca. "Já tive que denunciar muita gente. Já fui ameaçado e tive que andar armado muitas vezes. Falta fiscalização e nós temos que ficar

brigando." Doering explica que a realização de programas envolvendo coleta de dados de maneira sistemática é responsabilidade do próprio Ministério em Brasília. O problema, segundo ele, é a falta de recursos destinados pelo Governo a essa demanda. A assessoria de imprensa do MPA informou que "os levantamentos de dados e a geração de informações estatísticas da pesca são hoje uma prioridade do Ministério". A retomada dos programas depende da determinação do ministro Helder Barbalho, que assumiu o cargo no início do ano.

Matheus Moreira
matheus.moreira.moraes@gmail.com
Samantha Sant'Ana
sasantana23@gmail.com

Fotos: Pedro Aguiar/Stopusolias/Arquivo Pessoal



A captura artesanal da tainha foi tombada como patrimônio histórico cultural e artístico



Captura excessiva, poluição e mudanças climáticas ameaçam a espécie



Infográfico: Luiz Fernando Menezes/Zero

Todos os UFSCães merecem o céu

Preguiçoso era o adjetivo que melhor o resumia. Não havia pressa, não havia estresse, não havia responsabilidade nenhuma. A vida se assemelhava com uma caminhada sem destino: um passo de cada vez – aliás, para que mais que isso? Não importava o dia, o mês, o ano. Podia estar fazendo calor, frio ou até chovendo forte. Paciência acima de tudo. Talvez ele pensasse que, se não corresse com a vida, a vida não corria com ele.

Mesmo sem ter uma rotina, seus dias eram todos parecidos. Acordava cedinho e fazia uma pequena caminhada matinal pela universidade até os alunos, professores e servidores chegarem. Depois, escolhia o local com o maior número de pessoas reunidas e se deitava para ouvir as conversas. Nunca falava. Tinha gente que até tentava puxar assunto, mas ele fingia que não era com ele. Pouco tempo depois, dormia novamente.

Quando o sol estava forte ou o barulho de pessoas já começava a incomodar seu sono, era a hora do almoço. Ia - lentamente, claro - em direção ao Restaurante Universitário. Furava a fila na maior cara de pau e, chegando lá, tinha um prato feito esperando por ele. Comia devagar, mastigando sem pressa. Parecia que estava tirando sarro dos alunos, presos na fila que não andava e estressados pelo estômago grunhindo de fome. Comia sem reclamar, até porque não pagava pela refeição, mas também saía sem dizer obrigado. Terminando, deixava o prato vazio no chão - nem para levar ao balcão! - e saía com um sorriso satisfeito. A não ser que a carne do dia fosse quibe. Ninguém merece quibe.

Geralmente, fazia a sesta no varandão do CCE depois que a algazarra do fim da aula era substituída pela leseira do fim do almoço. Não que isso fosse necessário: nas quartas-feiras, quando tinha 12:30, deitava na grama junto com alguma galera e curtia o som. Nos outros dias, se ocupava do que sabia fazer de melhor: dormir ou apenas ignorar as pessoas que andavam ao seu redor, observando a paisagem.

No meio da tarde, talvez por preguiça de dormir mais, talvez por solidão ou talvez por uma vontade de ser inconveniente, ia para o ponto da Biblioteca Universitária. Não, ele não ia pegar o UFSC Semi-Direto. Sentava-se bem no local onde os ônibus costumavam parar, só para obrigar as pessoas a contorná-lo. Ficava lá até a hora do jantar, quando fazia o mesmo ritual do almoço.

A noite era a parte dos seus dias que mais variava. De vez em quando, andava pelos bares universitários e conseguia filar alguns pedaços de lanche ou batatas fritas. Outras vezes, voltava ao ponto

de ônibus para ficar ouvindo fofocas e, mais uma vez, atrapalhar o trânsito de pedestres. E, quando ele não estava afim de contato social, andava pelo entorno da UFSC com feição malandra e porte galante.

Exemplo de que um visual desarrumado e um estilo misterioso fazem sucesso entre a mulherada, não era difícil encontrá-lo sendo afagado por uma ou mais jovens (às vezes até homens), que nunca ganhavam nada em troca. Não importava: podia ser a pessoa mais bonita da face da Terra. Sua única reação era uma olhada rápida por cima do ombro antes de voltar a se deitar. Gostava de se fazer de difícil. E, aliás, praticamente ninguém era digno de sua atenção. Na sua visão, eram todas pessoas que corriam de um lado para o outro em um mundo vasto e caótico do qual ele decidiu não participar.

Era tão bonito que muitos pegavam uma câmera fotográfica e tentavam documentar sua beleza, o que não era muito do seu agrado. Quando não fugia sorratamente da frente da lente, fazia uma cara de paisagem, sem olhar para a câmera. Isso quando não viarava o rosto no exato momento da captura. Mesmo assim, não deve existir um aluno de Jornalismo, Design ou Cinema que não tenha, em seu arquivo pessoal, algum registro de sua imagem.

Além de uma soneca, outra coisa de que ele realmente gostava era das primeiras semanas de cada semestre. O motivo? Nessas semanas é que ocorriam os trotes. Não podia ver uma lona preta, baldes de tinta ou melancias cortadas que ele já ficava guardando seu lugar para assistir. Observava os calouros sendo "recebidos" pelos veteranos com um sorriso simples. A não ser que, por descuido, alguma pessoa o sujasse de tinta ou com aquela mistura de ingredientes fedorentos. Ai ele fechava a cara, olhava com desprezo e decepção para aquele que ousou sujá-lo e se afastava silenciosamente: mas não ia embora. Ficava sempre até o trote e a alegria acabarem.

No final do semestre, por outro lado, quando as provas e trabalhos finais levavam a alegria embora, sentava-se ao lado dos bancos e lanchonetes e observava

os alunos desesperados pela falta de tempo ou pela falta de nota. Talvez para dar uma força nessa época complicada, ou talvez apenas para ganhar um cafuné de graça.

Mas a sua vida de preguiçoso, boêmio e homem de várias mulheres acabou com a idade. O destino, sacana como só ele, pregou um peça e lhe deu uma doença em um de seus órgãos mais preciosos: seu olho esquerdo. Seu sono e sua observação paciente eram atrapalhados pela dor insistente. Seu sorriso petulante deu lugar a uma feição de silenciosa agonia.

Nesses tempos difíceis, no entanto, encontrou a mulher de sua vida e passou a viver com ela, deixando as ruas e a universidade. Depois de fazer uma cirurgia para retirar o olho que o incomodava e levar um ano de vida caseira feliz, ele agora pode dormir o tempo que quiser.

Espero que, lá em cima, consigam perceber que seu jeito metido e preguiçoso era apenas uma maneira de esconder a carência e a solidão que sentia. Ele não ficava no ponto de ônibus atrapalhando as pessoas por mal; não sentava-se na frente da fila do RU e comia se exibindo por mal; não ignorava os que vinham lhe dar carinho por mal. O que ele queria, como todos os outros cachorros abandonados na rua, era ter alguém por perto, não se sentir sozinho. Não importa se ele era uma das criaturas mais preguiçosas e abusadas que já existiu. A tristeza de viver sozinho em um "mundo vasto e caótico" fazem com que ele, Catatau e todos os "UFSCães" que existiram e que provavelmente existirão, mereçam o céu.

Luiz Fernando Menezes
- luizfernandonmenezes@gmail.com

Foto: Pedro Stropasolas/Arquivo Pessoal

Frederico (conhecido também como Fred, Ovelha, Branco ou Mike) foi operado no fim do ano passado por conta de um tumor no olho esquerdo. Após alguns alunos terem se mobilizado para custear as despesas do tratamento e da cirurgia, passou a viver com a cuidadora e servidora da UFSC, Rogéria Martins. Devido à piora do seu estado, os médicos decidiram pela eutanásia. Fred tinha 12 anos quando morreu na manhã do dia 15 de maio

